Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Revista Brasileira Class.: Estatuto do ÍndioData: 09/08/92 Pg.: 20 HIR00441

Meio ambiente será preservado

Todo um capítulo do substitutivo de Teresa Jucá foi reservado à preservação do meio ambiente, um dos principais problemas das reservas indígenas, de um lado agredidas pelos invasores que degradam os recursos naturais e de outro exploradas pelos próprios índios sem nenhuma preocupação com manejo autosustentado.

"Toda atividade dentro das reservas indígenas, qualquer que seja o agente (o próprio índio, a União ou terceiros) terá de obedecer à legislação ambiental com a finalidade de evitar contaminações químicas e biológicas, devastações e o esgotamento dos recursos naturais", informa a relatora do novo estatuto. "E qualquer dano tem de ser reparado imediatamente".

Os capítulos que tratam da exploração de recursos hídricos e minerais deixam a questão da preservação ambiental muito bem explicitada. "O papel do Ibama é reforçado e ele atuará em sintonia com a Funai para que o patrimônio ambiental nas reservas indígenas seja adequadamente manejado. O Ibama deverá aprovar previamente todos os relatórios de impacto ambiental referentes aos projetos propostos para execução em área indígena e terá o poder de solicitar o cancelamento de concessões que estejam afetando o meio ambiente", diz a deputada.

Congresso terá que ser ouvido

A concessão para a exploração de recursos minerais e hídricos na área indígena terá que ser solicitada ao Congresso Nacional, por intermédio dos órgãos de cada área, segundo o novo Estatuto, em obediência ao que determina a Constituição Federal. Uma comissão mista de deputados e senadores examinará os pedidos. "Estas concessões só poderão ser feitas se forem favoráveis os estudos antropológicos e sociológicos relativos ao impacto da atividade na vida das comunidades indígenas e houver um plano de desembolso correspondente à participação das comunidades no faturamento líquido. Além disso, o novo projeto de estatuto prevê uma série de condições restritivas. Porém, o mais importante é que as comunidades devem ser ouvidas e dar seu expresso assentimento", afirma Teresa Jucá.

Outro dispositivo importante é o que veda qualquer atividade mineral ou extrativa em terra ocupada por grupos indígenas isolados ou arredios, que estejam invadidas, que não estejam demarcadas ou que apresentem situação de conflito sobre os limites. "Antes que possa ser autorizada qualquer atividade, é indispensável que se defina e se garanta em primeiro lugar os direitos dos índios", afirma a deputada.